

FRONTEIRAS METROPOLITANAS: um olhar a partir dos movimentos pendulares*

Metropolitan borders: the pendular movement perspective

*Fronteras metropolitanas: una mirada desde
los movimientos pendulares*

Ricardo Ojima **

RESUMO

O processo de urbanização brasileiro, inequivocamente, construiu um cenário de concentração/desconcentração da população em aglomerações urbanas (conurbadas ou não) que se configuram em alguns casos como metrópoles importantes no contexto social e político nacional. Entretanto, após a Constituição de 1988, a criação oficial de Regiões Metropolitanas no país passou a ser atribuição das unidades da Federação e, com isso, os critérios para definição da extensão dessas “metrópoles” passaram a seguir regras político-administrativas. Assim, deixou-se de lado critérios de mobilidade intrarregional que permitiriam identificar a integração dos municípios de uma aglomeração urbana com base na circulação de pessoas. Partindo do conceito de aglomeração urbana usado pela pesquisa da Rede Urbana Brasileira, publicada pelo IPEA, IBGE e Unicamp (2000), este trabalho discute uma metodologia de análise das aglomerações urbanas brasileiras a partir da utilização dos dados censitários de movimentos pendulares, de forma a incorporar, ou não, os municípios que efetivamente possuem uma integração demográfica. Para isso, após uma breve caracterização do perfil dos movimentos pendulares, foram utilizados esses dados para uma proposta de regionalização em que os dados de pendularidade fossem incorporados de maneira homogênea para essas regiões. Portanto, trata-se de um exercício metodológico com uma análise exploratória simples, mas que permite avançar no debate dos critérios de definição analítica das regiões metropolitanas brasileiras.

Palavras-chave: Pendularidade. Metropolização. Urbanização.

ABSTRACT

The Brazilian urbanization process built, unequivocally, a scenario of population concentration/deconcentration in urban agglomerations (integrated or not). These are, sometimes, important metropolises in the national social and political contexts. However, after the 1988 Federal

* Artigo apresentado no VII Encontro Nacional sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realizado de 10 a 12 de outubro de 2011 em Curitiba-PR.

** Sociólogo, doutor em Demografia, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
E-mail: ricardo.ojima@gmail.com

Artigo recebido em dez./2011 e aceito para publicação em jan./2012.

Constitution, the official creation of the metropolitan areas in the country became state government attribution and, therefore, the criteria for defining the extent of these “cities” follow administrative and political rules. Therefore, there was abandonment of intra-regional mobility criteria – which allow the identification of municipal integration through people flow. Based on the urban agglomeration concept used by the Rede Urbana Brasileira research and published by IPEA, IBGE and Unicamp (2000), this paper debates an analysis methodology of brazilian urban agglomerations, using census data regarding pendular movements. This information defines the municipalities that actually have demographic integration. After a brief characterization of pendular moments, a proposal of regional – and homogeneous - incorporation of pendular movements is presented. Hence, it is a methodologic exercise with a simple exploratory analysis. Nevertheless, it allows for advancement in the debate about criteria definition for the analysis of brazilian metropolitan regions.

Keywords: Pendular movement. Metropolization. Urbanization.

RESUMEN

El proceso de urbanización brasileño inequívocamente construyó un escenario de concentración/desconcentración de la población en aglomeraciones urbanas (conurbadas o no) que se configuran en algunos casos como metrópolis importantes en el contexto social y político nacional. Sin embargo, tras la Constitución de 1988, la creación oficial de Regiones Metropolitanas en el país pasó a ser atribución de las unidades de la Federación y, con eso, los criterios para definición de la extensión de esas “metrópolis” pasaron a seguir normas político-administrativas. Asimismo, se dejó de lado criterios de movilidad intrarregional que permitirían identificar la integración de los municipios de una aglomeración urbana con base en la circulación de personas. A partir del concepto de aglomeración urbana usado por la pesquisa de la Red Urbana Brasileña, publicada por el IPEA, IBGE e Unicamp (2000), ese trabajo discute una metodología de análisis de las aglomeraciones urbanas brasileñas a partir de la utilización de los datos de los censos de movimientos pendulares de forma a incorporar o no los municipios que efectivamente poseen una integración demográfica. Para tanto, tras una breve caracterización del perfil de los movimientos pendulares, se utilizaron esos datos para una propuesta de regionalización donde los datos de pendularidad fueron incorporados de manera homogénea para esas regiones. Sin embargo, se trata de un ejercicio metodológico con un análisis exploratorio simple, pero que permite avanzar en el debate de los criterios de definición analítica de las regiones metropolitanas brasileñas.

Palabras clave: Pendularidad. Metropolización. Urbanización.

INTRODUÇÃO

A configuração das aglomerações urbanas enquanto espaços privilegiados para o entendimento das novas dinâmicas intraurbanas contempla a emergência dos movimentos populacionais intrarregionais. Seu uso garante a integração dos processos de transformação em termos da dinâmica demográfica, especialmente da mobilidade espacial da população. Nesse sentido, entender a metrópole a partir de uma tipologia de aglomerações urbanas em vista das características dos deslocamentos pendulares permitiria observar com mais detalhes os processos socioespaciais que contribuiriam para definir os “limites” sociais das fronteiras metropolitanas.

Uma das pesquisas mais abrangentes no sentido de uniformizar a composição da rede urbana brasileira em termos de um critério analítico homogêneo é a caracterização proposta pela pesquisa “Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil” (CARACTERIZAÇÃO..., 2000). A proposta metodológica foi atualizar a configuração dessa rede através de um conjunto de critérios aplicáveis a todo o país, utilizando fontes de dados uniformes no território nacional.

A partir desses critérios, foram identificadas 49 aglomerações urbanas classificadas em 12 “Áreas Metropolitanas” (globais, nacionais e regionais), 12 “Centros Urbanos Regionais” e 25 “Centros Sub-regionais”. Nesses contextos, segundo Baeninger (2004), passa a ser uma característica marcante do processo de urbanização recente no Brasil um intenso processo de interiorização das aglomerações urbanas, indicando o surgimento de outras áreas de atração populacional.

No conjunto de aglomerações urbanas identificadas pela pesquisa, residiam 56,4% da população do país, tendo aumentado sua participação desde 1980, quando era de 50,8%. Entretanto, em relação ao Brasil urbano, elas perderam peso relativo, passando de 75,1% em 1980 para 69,4% em 2000. Tais tendências apontam para a continuidade do processo de concentração da população em áreas urbanas, embora muito mais lenta e gradual do que já foi observado em outros momentos desse processo.

O estudo não leva em conta a delimitação formal das regiões metropolitanas e avança na direção de critérios que orientem a descrição socioeconômica do conceito de metrópole. Em verdade, como no Brasil as metrópoles são definidas por lei, pouco se discute sobre o significado da metrópole enquanto uma forma de organização social e espacial específica da sociedade moderna. Mais do que a explosão da grande cidade, a metrópole deveria ser entendida como uma forma de articulação regional e urbana integrada (OJIMA, 2007; BAENINGER; OJIMA, 2008; HOGAN; OJIMA, 2008).

De fato, diversos estudos contemplam a análise dos movimentos pendulares nas principais aglomerações urbanas e regiões metropolitanas do Brasil e, com isso, alguns destes estudos chegam a identificar que alguns municípios pouco representam em termos de movimentos pendulares para a dinâmica daquela região. Ou seja, se os movimentos pendulares fossem critério para definição dos municípios componentes

de uma região metropolitana este fato não ocorreria (SOBREIRA, 2005; BRITO; SOUZA; 2005; ERVATTI; JARDIM, 2006; DESCHAMPS; CINTRA, 2008; RODARTE; FERNANDES; OJIMA, 2010).

Nessa direção, o objetivo deste artigo é explorar a potencialidade dos dados censitários relativos aos movimentos pendulares para entender as aglomerações urbanas brasileiras a partir da sua integração demográfica. Como a pesquisa do IPEA/IBGE/Unicamp (2000) não considerou os dados de pendularidade, partiu-se da definição das aglomerações urbanas consideradas por essa pesquisa para: a) redefinir as aglomerações a partir de um critério homogêneo de movimentos pendulares em todas as aglomerações urbanas e para cada um dos municípios dessas aglomerações; e b) elaborar um breve comparativo dos movimentos pendulares entre as aglomerações urbanas. Embora os dados utilizados sejam relativos a 2000, este estudo permite verificar a validade e a aplicabilidade dos dados como forma de uniformizar o entendimento sobre as metrópoles e, de certa forma, permitir um critério de maior comparabilidade e autonomia em investigações futuras.¹

1 MOVIMENTOS PENDULARES

O uso dos dados de movimentos pendulares para entender a dinâmica urbana regional ainda está aquém das potencialidades. Tais informações servem, por exemplo, para a definição oficial das áreas metropolitanas norte-americanas que, regularmente, são redefinidas, pois uma de suas funções é justamente permitir a comparabilidade estatística entre cada uma. No Brasil esses dados não são considerados como elementos importantes para a definição de uma região metropolitana oficial e, portanto, a metrópole (no seu sentido socioeconômico) se confunde com a região metropolitana (definição legal definida por lei).

A partir dos dados censitários de 2000,² podem-se identificar distintas expressões deste processo de expansão urbana e destacar algumas características das pessoas que residem e trabalham em municípios distintos, configurando assim uma rede urbana integrada a partir dos movimentos pendulares. O quesito censitário que permite identificar os movimentos pendulares diz respeito ao “Município/Unidade da Federação ou País estrangeiro em que a pessoa trabalha ou estuda”, e essa informação se concentra em torno de alguns grupos de idade particulares.

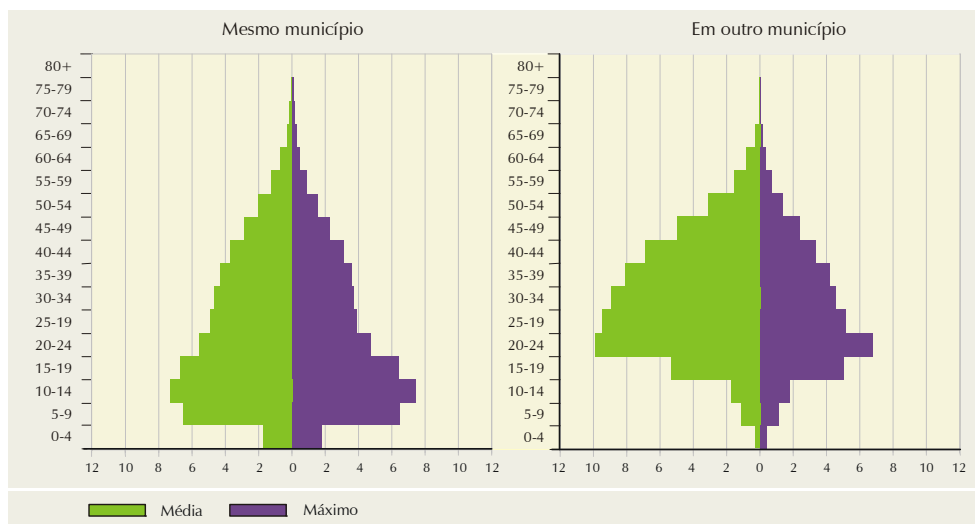
Em termos do grupo etário predominante, 92,4% dos movimentos pendulares nas aglomerações urbanas ocorrem entre as pessoas com idade de 15 a 64 anos. A mobilidade pendular também é uma característica predominantemente masculina, pois mais de 60% dos que a realizam são homens, sobretudo nos grupos de idade acima dos 20 anos. Essa distribuição é semelhante em todas as aglomerações

¹ Uma análise similar foi empreendida por Moura, Castello-Branco e Firkowski (2005), entretanto, sua abordagem partiu das aglomerações urbanas e regiões metropolitanas oficiais e da aplicação dos dados de pendularidade. O esforço aqui empreendido é o de incluir a mobilidade pendular na própria delimitação e definição das aglomerações urbanas (metrópoles).

² Os resultados da amostra do Censo Demográfico 2010 não haviam sido divulgados até o momento.

urbanas do país e, portanto, apesar do aumento da pendularidade entre as mulheres, ainda no ano de 2000 havia uma predominância de homens em idade economicamente ativa (OJIMA; SILVA; PEREIRA, 2007).

FIGURA 1 - ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO DA POPULAÇÃO EM AGLOMERAÇÕES URBANAS SEGUNDO LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO



FONTE: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

Assim, o peso relativo dos movimentos pendulares apenas considerando a população do grupo de idade de 15 a 64 anos passa de 4,4% (se considerada a população total) para 6,2% da população. Esses dados confirmam o principal motivo apontado pelas pessoas que realizam esse tipo de movimento, pois, embora o Censo Demográfico não aponte tal motivação (trabalho ou estudo), segundo Antico (2004) e Aranha (2005) o principal motivo declarado em pesquisas específicas (Pesquisa Origem-Destino, por exemplo) é o trabalho.

2 INTEGRAÇÃO: origem dos movimentos pendulares

Um esforço importante para uniformizar a compreensão e permitir a comparabilidade de sentidos analíticos entre as aglomerações urbanas (AU) brasileiras foi empreendido pela pesquisa conduzida pelo IPEA/IBGE/Unicamp (2000). A partir dela, foram identificadas 49 aglomerações urbanas de acordo com critérios homogêneos e que permitiram uma hierarquização e uma comparabilidade socioeconômica entre as aglomerações. Como a informação de movimentos pendulares não foi levada em consideração, algumas dessas aglomerações efetivamente não apresetavam uma integração de movimentos demográficos. Assim, a troca de movimentos populacionais entre municípios da mesma aglomeração, que de certa forma é um forte indicador de integração regional, não existe em alguns casos.

Entre os que não possuem predominância de movimentos desse tipo, dois possuem predominância de movimentos para outras aglomerações urbanas (inter-AU). São os casos de Limeira e Itabira. Entre outros seis (Pelotas, Ilhéus, Cascavel, Caruaru, Araraquara e Araçatuba), predominam os movimentos extra-AU (ou seja, para outros municípios que não estão classificados como integrantes de qualquer AU).

Esse critério já é um importante indicador de integração demográfica para uma AU, pois se os movimentos pendulares intra-AU não são predominantes, como é o caso da AU de Cascavel, que possui apenas 10,6% nessa categoria, enfraquece-se a relação das dinâmicas demográficas internas de caráter regional.

Portanto, para efeito de uma análise das aglomerações urbanas a partir dos movimentos pendulares, não serão consideradas aqui aquelas cujos movimentos pendulares intra-AU não são predominantes e ainda aquelas compostas por apenas dois municípios, inclusive o caso das AUs de Teresina, Cuiabá e Petrolina/Juazeiro que, apesar de apresentarem movimentos pendulares intra-AU significativos (Teresina - 77,3%, Cuiabá - 82,6% e Petrolina/Juazeiro - 58,3%), são compostas por apenas dois municípios. Assim, das 49 AUs iniciais, foram excluídas a partir desses critérios 11 AUs para uma análise comparativa.

Mas observar apenas o conjunto dos movimentos pendulares não é suficiente para delimitar suas fronteiras. O primeiro desafio no sentido de entender o processo de expansão urbana é identificar os limites de seu alcance dentro de cada aglomeração urbana (WOLMAN *et al.*, 2005). Assim, embora as 38 AUs selecionadas tenham os movimentos pendulares intrarregionais como predominantes, não se analisa aqui se todos os municípios que compõem cada aglomeração urbana deveriam mesmo estar sendo considerados como parte da AU.

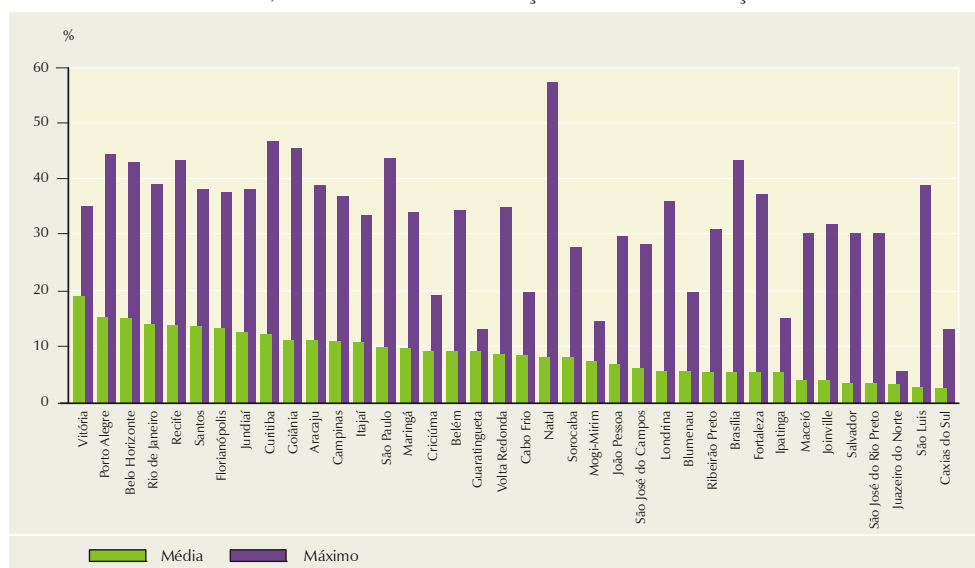
Portanto, após selecionar apenas as AUs em que predominam os movimentos pendulares intra-AU, é preciso verificar, a partir do seu volume e proporção, o conjunto de movimentos pendulares dos municípios que compõem as aglomerações urbanas. Esse critério é importante para mensurar o alcance do processo de metropolização, pois dele dependerá, em grande medida, a extensão considerada pela aglomeração urbana em termos dos espaços de abrangência da vida urbana. Assim, um município deverá fazer parte de uma aglomeração urbana se possuir um volume ou proporção de movimentos pendulares que o caracterize efetivamente como parte da vida metropolitana. O que se propõe, portanto, é atualizar os limites das AUs de acordo com o peso relativo dos movimentos pendulares.

O gráfico 1 ilustra a importância de se considerar a variação de situações em termos da mobilidade pendular dentro do contexto de cada AU. Observando os percentuais de pessoas de 15 a 64 anos que fazem movimento pendular por áreas de ponderação de cada uma das AUs, pode-se perceber que ela ocorre de modo heterogêneo. Ou seja, embora haja volumes significativos de movimentos pendulares, na AU de Natal, uma das áreas de ponderação³ possui quase 60% de sua população

³ A área de ponderação é a unidade de expansão das informações do questionário da amostra do Censo Demográfico. É neste questionário que se encontram as informações sobre migração e mobilidade

de 15 a 64 anos fazendo movimentos pendulares, o que mostra que isso não ocorre de modo homogêneo em todos os espaços da AU.

GRÁFICO 1 - MÉDIA E MÁXIMO DA PROPORÇÃO DE MOVIMENTOS PENDULARES (POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS) NAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS



FONTE: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

Caberia avaliar, portanto, se a integração caracterizada pelos movimentos pendulares é significativa para todos os municípios classificados como parte da AU a partir de um critério mínimo. Esse critério deve ser entendido como um percentual mínimo de movimentos pendulares em pelo menos uma das áreas de ponderação de um município para poder justificá-lo como integrante da AU.

A utilização da área de ponderação ao invés do município é mais interessante pois permite verificar com mais detalhe como os fluxos de pendularidade se distribuem no espaço da AU, e mesmo que, proporcionalmente, a população do município tenha uma participação baixa, em termos de uma área de ponderação pode ser mais significativo.

A média da proporção de movimentos pendulares para o conjunto das áreas de ponderação nas aglomerações urbanas, considerando a população de 15 a 64 anos, é de 10,5%, sendo que a área de ponderação com maior percentual de população realizando esse tipo de movimento assume a expressiva marca de 57,3%. Ou seja, para cada 10 pessoas de 15 a 64 anos dessa área de ponderação, cerca de 6 trabalham ou estudam em outro município da AU. É o caso do município de Parnamirim,

pendular. Embora sejam subáreas do município, não se constituem exatamente como unidades analíticas, mas subdivisões operacionais utilizadas com fins estatísticos para o IBGE. De toda forma, constitui uma possibilidade para análise dos dados censitários em escalas intramunicipais.

na AU de Natal. É preciso mencionar os casos da AU de Vitória e Guaratinguetá, que apresentam proporção mínima em torno de 4,5%; o que dá sinais da homogeneidade dos movimentos pendulares em toda a extensão dessas AUs.

Isso quer dizer que dentro dessas aglomerações urbanas, praticamente todas as áreas de ponderação possuem um percentual de movimentos pendulares significativos, e mostra como algumas AUs são mais integradas em termos de interação de movimentos populacionais. Enfim, para criar um critério padronizado na identificação dos municípios que integram as AUs, utilizou-se como linha de corte a média da proporção da população que faz movimentos pendulares por área de ponderação (10,5%). Dessa forma, para que o município permanecesse na AU, ele deveria possuir, pelo menos, uma de suas áreas de ponderação com mais de 10,5% da sua população realizando movimentos pendulares para outro município dentro da mesma AU. No caso em que o município possui apenas uma área de ponderação, portanto, o critério se referiu, obviamente, ao município como um todo.

3 INTEGRAÇÃO: destinos da pendularidade

Além de identificar as origens dos movimentos pendulares intra-AU, é importante verificar a relevância de alguns destinos. Isso pode ocorrer quando o município não ficaria dentro do limite de corte proposto acima, devido ao fato de este ser um município importante para a recepção dos movimentos pendulares. Assim, é preciso levar em conta os movimentos pendulares nos dois sentidos, tanto em relação ao local de residência quanto ao local de destino do movimento. Nesse aspecto, o nível de agregação da informação censitária chega, no máximo, na escala municipal e, portanto, não pode ser o mesmo critério de elegibilidade para inclusão do municípios como origem.

Assim, considerou-se como critério a proporção de pessoas que fazem movimento pendular com origem em qualquer dos municípios da mesma aglomeração em relação ao total da população do município de destino. Foram incluídos, por esse critério, aqueles municípios cujo volume de pessoas que chegam em movimentos pendulares fosse pelo menos de 5% da população total do município de destino.⁴ Dessa forma, a composição das AUs tem como critério uma proporção mínima de saídas e/ou entradas de movimentos pendulares, passando a abranger a totalidade dos fluxos intra-AU.

⁴ A média da proporção de movimentos pendulares pelo total da população dos municípios de destino (para o conjunto de municípios considerados pelas AUs) é de 4,84%.

4 UNIDADE TERRITORIAL

Considerando os dois critérios de origem e destino simultaneamente, as AU selecionadas totalizam 326 municípios, sendo que 299 deles atendem ao critério de origem da pendularidade (10,5% da população de pelo menos uma área de ponderação realizando movimentos pendulares), e outros 27, ao critério de destino da pendularidade (os movimentos pendulares representam pelo menos 5% da população do município de destino).

Com base nesses dois critérios, praticamente todas as AU apresentaram contiguidade física entre as divisões político-administrativas dos municípios integrantes. Em apenas seis casos algum dos municípios que preencheram os critérios de pendularidade não tinha área contígua ao conjunto principal de municípios da AU. Nesses casos, a partir de uma análise espacial mais detalhada, foram incorporados os municípios intermediários de acordo com um critério adicional de contiguidade entre, pelo menos, um dos municípios da AU.

Esse procedimento foi realizado nos casos das AUs de Curitiba, Caxias do Sul, Florianópolis, Volta Redonda, Ipatinga e Itajaí, incluindo municípios que apresentavam contiguidade física com o conjunto de municípios de cada uma das AUs, mesmo que os critérios de pendularidade não tivessem sido atingidos. Como exemplo, no caso da AU de Florianópolis foram incluídos os municípios de Major Gercino e São João Batista (apesar de não atenderem aos critérios de movimentos pendulares), pois sem a sua inclusão outro município que atende ao critério de pendularidade em direção a Florianópolis ficaria desconectado geograficamente do conjunto de municípios da AU. Com isso, foram adicionados 11 municípios entre as seis aglomerações urbanas que apresentavam essa característica. Assim, o total de municípios incluídos nas AUs é de 337, distribuídos entre 37⁵ AUs.

5 AGLOMERAÇÕES URBANAS E A PENDULARIDADE

A vantagem dessa re-classificação, sobretudo em relação à utilização das regiões metropolitanas institucionalizadas, é o fato de que apresentam um critério homogêneo para todo o território nacional e, além disso, possuem um critério de interação populacional mínimo. O quadro 1 resume o total de municípios incluídos em cada aglomeração urbana.

O paradigma da periferação da população tem orientado as pesquisas intraurbanas no Brasil e, como visto, está fortemente relacionado à segregação sociodemográfica das camadas mais pobres da população para as regiões mais distantes dos centros consolidados. Estes, considerados sedes das aglomerações, dentro dessa perspectiva, deveriam ser os principais destinos dos movimentos pendulares (OJIMA, 2008).

⁵ Os municípios da AU de Juazeiro do Norte não preencheram os requisitos de pendularidade, portanto, esta foi excluída da lista.

QUADRO 1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR AGLOMERAÇÃO URBANA DEFINIDO A PARTIR DOS CRITÉRIOS DE PENDULARIDADE

AGLOMERAÇÃO URBANA	N.º DE MUNICÍPIOS	AGLOMERAÇÃO URBANA	N.º DE MUNICÍPIOS
São Paulo	37	Aracaju	6
Rio de Janeiro	20	Londrina	4
Salvador	9	Santos	7
Belo Horizonte	25	Joinville	5
Fortaleza	11	São José do Rio Preto	3
Brasília	11	Caxias do Sul	9
Curitiba	20	Jundiaí	5
Recife	14	Florianópolis	14
Porto Alegre	25	Maringá	5
Belém	5	Vitória	5
Goiânia	5	Volta Redonda	5
Campinas	14	Blumenau	9
São Luis	3	Ipatinga	4
Maceió	5	Criciúma	5
Natal	6	Itajaí	6
João Pessoa	4	Cabo Frio	4
São José dos Campos	6	Mogi-Mirim	3
Ribeirão Preto	6	Guaratingueta	5
Sorocaba	7		

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

Embora sejam reconhecidas as dinâmicas regionais e a importância do conjunto de municípios em cada AU, grande parte dos trabalhos com foco nos processos urbanos dicotomizam a análise em termos de sede e entorno, ou centro e periferia. Assim, a centralidade e polarização do município-sede se dá, em parte, pela tendência de atrair os movimentos pendulares originados nos municípios do seu entorno. Assim, associada à dicotomia centro-periferia, surge a noção de cidade-dormitório. Embora não se configure como um conceito, a ideia de cidade-dormitório é praticamente consensual tanto no meio acadêmico quanto dentro dos discursos políticos e na sociedade em geral. Trata-se daqueles municípios que abrigam um contingente populacional apenas enquanto condição de residência, pois as principais atividades de trabalho, estudo e até lazer e compras são realizadas no município-sede (OJIMA, 2008; HOGAN; OJIMA, 2008; OJIMA; HOGAN, 2009; OJIMA *et al.*, 2010).

Entretanto, o que se vê nas AUs brasileiras é uma situação diversificada, na qual os movimentos pendulares não se constituem de forma totalmente vinculada às sedes. A tabela 1 mostra os movimentos pendulares intra-AU distinguindo-os entre os que se dirigem ao município-sede e aos demais municípios. Assim, pode-se verificar que existem situações muito diferentes no conjunto das AUs brasileiras, passando por casos em que o município-sede possui grande centralização, como nas AUs de Goiânia, Brasília e Maringá (com cerca de 95% dos movimentos pendulares em direção à sede), e outros em que o conjunto de municípios que integram a AU

se configura de forma muito mais policêntrica, como ocorre nas AUs de Caxias do Sul, Campinas e Joinvile, entre outras, nas quais os movimentos em direção à sede representam menos de 50% dos movimentos pendulares.

Essas evidências apontam para uma configuração urbana muito mais polinucleada, com uma diversificação das funções urbanas no conjunto dos municípios das AUs. E, nesse aspecto, dão sinais de que existem outras configurações urbanas e espaciais, que não aquelas de caráter monocêntrico, com o município-sede irradiando sua polarização dentro desses processos socioespaciais. Mas isto não significa que as sedes dessas aglomerações têm menor importância. Essas sedes continuam exercendo um papel preponderante em termos de sua influência econômica enquanto polo regional aglutinador das movimentações financeiras e ainda do desenvolvimento econômico. O que parece se tornar cada vez mais evidente no processo de dispersão urbana é a transferência gradual para novos valores e significações dentro do processo de produção-consumo do espaço intraurbano (OJIMA, 2008; HOGAN; OJIMA, 2008; OJIMA; HOGAN, 2009; OJIMA *et al.*, 2010).

TABELA 1 - MOVIMENTOS PENDULARES INTRA-AU SEGUNDO DESTINO DO MOVIMENTO

continua

AGLOMERAÇÃO URBANA	SEDE		OUTROS MUNICÍPIOS		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
São Paulo	585.650	58,3	418.114	41,7	1.003.764	100,0
Rio de Janeiro	487.767	68,3	226.882	31,7	714.649	100,0
Salvador	25.327	45,6	30.221	54,4	55.548	100,0
Belo Horizonte	245.625	71,8	96.263	28,2	341.888	100,0
Fortaleza	54.076	79,0	14.342	21,0	68.418	100,0
Brasília	112.165	95,0	5.949	5,0	118.114	100,0
Curitiba	142.694	80,4	34.746	19,6	177.440	100,0
Recife	197.892	77,4	57.875	22,6	255.767	100,0
Porto Alegre	186.556	60,2	123.305	39,8	309.861	100,0
Belém	91.262	87,1	13.484	12,9	104.746	100,0
Goiânia	86.138	95,7	3.845	4,3	89.983	100,0
Campinas	61.663	48,8	64.702	51,2	126.365	100,0
São Luis	28.083	93,4	1.995	6,6	30.078	100,0
Maceió	6.869	83,7	1.333	16,3	8.202	100,0
Natal	34.900	86,3	5.554	13,7	40.454	100,0
João Pessoa	22.967	83,0	4.688	17,0	27.655	100,0
São José dos Campos	14.804	44,2	18.719	55,8	33.523	100,0
Ribeirão Preto	9.622	84,9	1.716	15,1	11.338	100,0
Sorocaba	17.053	64,7	9.309	35,3	26.362	100,0
Aracaju	38.026	89,4	4.529	10,6	42.555	100,0
Londrina	16.665	85,1	2.918	14,9	19.583	100,0
Santos	64.717	65,0	34.787	35,0	99.504	100,0
Joinvile	3.816	41,7	5.326	58,3	9.142	100,0
São José do Rio Preto	4.675	86,8	711	13,2	5.386	100,0
Caxias do Sul	2.463	38,1	4.004	61,9	6.467	100,0
Jundiá	25.117	76,6	7.694	23,4	32.811	100,0

TABELA 1 - MOVIMENTOS PENDULARES INTRA-AU SEGUNDO DESTINO DO MOVIMENTO

AGLOMERAÇÃO URBANA	SEDE		OUTROS MUNICÍPIOS		TOTAL		conclusão
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Florianópolis	52.122	71,6	20.671	28,4	72.793	100,0	
Maringá	20.247	94,8	1.108	5,2	21.355	100,0	
Vitória	94.144	66,0	48.400	34,0	142.544	100,0	
Volta Redonda	16.199	73,4	5.883	26,6	22.082	100,0	
Blumenau	5.657	57,8	4.125	42,2	9.782	100,0	
Ipatinga	7.748	81,7	1.739	18,3	9.487	100,0	
Criciúma	6.372	70,9	2.616	29,1	8.988	100,0	
Itajaí	6.626	40,7	9.665	59,3	16.291	100,0	
Cabo Frio	4.861	55,3	3.930	44,7	8.791	100,0	
Mogi-Mirim	2.236	42,8	2.988	57,2	5.224	100,0	
Guaratingueta	2.322	44,3	2.920	55,7	5.242	100,0	
TOTAL	2.785.126	68,2	1.297.056	31,8	4.082.182	100,0	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

De certa forma, a criação de subcentros metropolitanos, como apontado por Antico (2004), contribui para o aumento da intensidade e dos grupos sociais envolvidos nesse tipo de movimentos internos à AU. Mas não se trata apenas do processo de segregação socioespacial na dinâmica intraurbana, pois esta polinuclearidade reflete a desconexão das esferas de ação social do indivíduo. E, por corresponder a uma mudança estrutural na sociedade, não atinge particularmente uma única camada social.

O processo de globalização traz consigo a generalização dos modelos e padrões de consumo distanciados dos contextos locais transformando o espaço e evidenciando novas formas urbanas. Segundo Lefebvre (1999, p.18),⁶ trata-se da gestação de uma sociedade urbana, uma urbanização completa, em que o tecido urbano se prolifera explodindo a grande cidade e dando lugar a “duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados”.

É preciso se dar conta de que caminhamos para uma sociedade urbana e não apenas urbanizada, onde as relações de consumo se dispersam por extensões indefinidas do espaço e consolidam novos padrões de vida em escalas de produção distintas. Ou seja, o urbano se desenvolve com a dispersão do padrão de consumo e muito menos pelas condições de produção. Nesse processo, as aglomerações urbano-metropolitanas que se consolidam ao longo dos últimos anos do século XX apresentam uma condição social e espacial distinta, em que a região se destaca sobre as dimensões econômicas locais.

Em termos de renda, verifica-se que a pendularidade não é exclusividade da população de mais baixa renda. Através da tabela 2, percebe-se que a distribuição, segundo classes de renda (em salários mínimos), não apresenta distinções significativas em termos da condição de pendularidade da população das AUs consideradas nesta pesquisa. Há situações muito diferentes entre as AUs brasileiras, com situações em

⁶ Original em: Lefebvre, H. (1970) *La Révolution Urbaine*. Ed. Gallimard, Coll. Idées.

que 50% das pessoas que fazem esse tipo de movimento possuem rendimento superior a 5 salários mínimos (como é o caso da AU de São José dos Campos) e outras em que apenas 7% possuem esse mesmo rendimento (AU de Maringá). Tal fato contraria o argumento da periferização da população de baixa renda que, relegada aos espaços sub-urbanos (distantes dos centros), é forçada a se deslocar cotidianamente para o município-sede.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS OCUPADA SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PENDULARIDADE E TOTAL DE RENDIMENTOS

AGLOMERAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO (Em Salários Mínimos)											
	Realiza Movimentos Pendulares Intra-AU						Trabalha ou Estuda no Mesmo Município					
	até 1*	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 e +	Total	até 1 ⁽¹⁾	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 e +	Total
São Paulo	6,4	32,3	22,9	23,1	15,2	100,0	19,7	32,3	17,4	17,3	13,4	100,0
Rio de Janeiro	8,1	47,7	19,9	16,2	8,1	100,0	22,6	38,2	14,4	13,9	11,0	100,0
Salvador	14,6	41,4	14,6	14,7	14,7	100,0	33,9	41,6	9,6	8,2	6,6	100,0
Belo Horizonte	9,8	54,0	17,7	12,6	5,9	100,0	23,8	42,0	12,4	12,1	9,7	100,0
Fortaleza	15,5	59,2	13,7	7,9	3,8	100,0	33,9	44,6	8,3	7,4	5,8	100,0
Brasília	10,4	54,0	18,0	13,0	4,6	100,0	24,2	35,5	12,1	13,8	14,5	100,0
Curitiba	9,1	49,6	21,1	14,3	5,9	100,0	19,7	36,9	16,1	15,3	12,0	100,0
Recife	16,4	51,0	14,1	11,2	7,3	100,0	36,4	41,4	8,4	7,4	6,5	100,0
Porto Alegre	8,6	44,4	21,0	17,3	8,7	100,0	18,9	40,2	15,0	14,5	11,3	100,0
Belém	23,4	51,0	12,9	8,8	3,9	100,0	36,6	41,3	9,2	7,4	5,5	100,0
Goiânia	11,0	61,7	15,3	8,9	3,1	100,0	21,4	45,1	12,9	11,6	9,0	100,0
Campinas	6,8	36,2	24,7	21,1	11,2	100,0	17,9	34,8	18,3	17,0	11,9	100,0
São Luis	32,8	43,4	11,4	8,6	3,9	100,0	40,0	39,5	8,3	6,9	5,2	100,0
Maceió	23,9	51,2	11,9	8,4	4,6	100,0	34,9	41,8	8,9	8,0	6,3	100,0
Natal	20,4	48,0	13,1	11,1	7,4	100,0	32,9	43,7	9,0	8,0	6,4	100,0
João Pessoa	18,2	58,3	10,4	6,8	6,3	100,0	34,3	42,2	8,9	8,2	6,4	100,0
São José dos Campos	9,7	20,9	17,5	30,1	21,8	100,0	21,8	35,8	15,3	16,4	10,7	100,0
Ribeirão Preto	8,7	49,8	20,6	15,8	5,0	100,0	17,3	35,6	18,2	17,4	11,5	100,0
Sorocaba	10,0	34,8	23,7	21,6	9,9	100,0	20,2	37,6	17,1	16,4	8,7	100,0
Araçáju	24,2	55,3	11,8	5,6	3,1	100,0	37,1	40,1	8,5	7,7	6,6	100,0
Londrina	10,9	52,6	20,1	10,7	5,7	100,0	21,1	42,9	13,9	13,1	9,1	100,0
Santos	8,5	35,1	23,1	21,9	11,3	100,0	23,1	34,8	17,0	15,6	9,6	100,0
Joinville	11,1	49,1	26,3	9,5	4,0	100,0	16,8	39,5	19,9	15,1	8,7	100,0
São José do Rio Preto	8,7	37,8	25,0	20,4	8,1	100,0	17,1	39,4	17,8	15,6	10,2	100,0
Caxias do Sul	11,6	30,9	22,7	21,0	13,8	100,0	15,0	37,4	18,9	18,0	10,7	100,0
Jundiá	9,1	38,2	23,6	21,4	7,8	100,0	19,9	35,0	17,8	17,1	10,1	100,0
Florianópolis	11,9	38,8	21,6	18,9	8,9	100,0	20,2	35,7	16,2	15,6	12,4	100,0
Maringá	7,7	69,4	15,6	5,7	1,5	100,0	20,6	44,1	13,7	12,6	9,1	100,0
Vitória	11,8	48,7	16,1	13,7	9,8	100,0	27,4	41,6	12,3	10,4	8,3	100,0
Volta Redonda	18,5	42,2	17,2	14,8	7,2	100,0	24,4	46,0	12,5	11,4	5,8	100,0
Blumenau	6,9	45,8	24,5	16,2	6,7	100,0	12,4	47,1	18,6	14,2	7,7	100,0
Ipatinga	14,7	46,0	17,3	13,8	8,2	100,0	28,6	44,9	9,9	9,9	6,6	100,0
Criciúma	14,5	38,5	25,4	15,6	6,0	100,0	19,9	43,2	16,9	12,9	7,1	100,0
Itajaí	12,6	42,7	21,3	13,5	9,9	100,0	17,5	43,0	16,8	14,4	8,2	100,0
Cabo Frio	11,7	59,1	15,7	9,9	3,6	100,0	23,0	47,1	13,4	10,9	5,6	100,0
Mogi-Mirim	8,5	27,9	24,8	23,3	15,5	100,0	18,8	41,6	17,3	15,0	7,3	100,0
Guaratingueta	17,2	29,7	18,9	23,0	11,3	100,0	25,6	42,3	13,1	12,3	6,8	100,0
TOTAL	10,1	44,1	19,6	16,7	9,5	100,0	23,9	38,0	14,2	13,5	10,3	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

(1) Inclui "sem rendimentos".

A população que realiza movimentos pendulares intra-AU não está em condição econômica desfavorável em relação à população que trabalha ou estuda no mesmo município em que reside. Ao contrário, em algumas AUs aqueles que realizam movimentos pendulares se distribuem nas rendas mais elevadas se comparados àqueles que trabalham no mesmo município em que residem. Entre as pessoas que residem nas AUs brasileiras e realizam movimentos pendulares, apenas 10% possuem renda de até 1 salário mínimo.

Da mesma maneira, em termos de anos de estudo, a população que realiza movimentos pendulares não apresenta situação menos favorável. No total das AUs consideradas, entre as que realizam tais movimentos, 13,7% possuem 12 anos ou mais de estudo, enquanto entre as que não o realizam a proporção nessa classe é de 15,2%. Sendo que nos casos das AUs de São José dos Campos, por exemplo, cerca de 30% da população que não trabalha no mesmo município em que reside possui 12 anos ou mais de estudo.

O movimento pendular é uma característica marcante entre os migrantes, pois do total de pessoas que realizam esse tipo de movimento, cerca de 70% é natural dos municípios onde residem. Entretanto, é importante ressaltar que isso ocorre com maior destaque entre os migrantes com maior tempo de residência, sendo que os migrantes recentes (com menos de cinco anos de residência no município atual) representam apenas 20% do total de pessoas que fazem movimentos pendulares.

Os casos das AUs de Goiânia e Brasília são os mais evidentes quanto a essa característica dos movimentos pendulares, pois em ambas as AUs, cerca de 90% das pessoas que fazem movimentos pendulares são migrantes. Em relação aos migrantes recentes (utilizando a informação de “data-fixa”⁷), entre o conjunto das AUs, 60% das pessoas que fazem movimentos pendulares com destino na sede da aglomeração eram migrantes com origem nesse mesmo município.

Assim, apesar de significativa, a condição de pendularidade da pessoa não pode ser totalmente vinculada ao seu percurso migratório, uma vez que nem sempre são fatores diretamente relacionados. Pois, se na AU de Brasília a pendularidade para a sede está vinculada à sua origem migratória (91%), em outros casos, como o da AU de Campinas, apenas 48% dos movimentos pendulares com destino na sede são de pessoas que saíram desse município nos últimos cinco anos. Enfim, isto significa que não é regra válida para todas as aglomerações urbanas que os indivíduos migrem para os municípios da periferia e continuem trabalhando no município-sede.

Considerando tais características dos movimentos pendulares, associá-los à periferização da população mais empobrecida é limitar a análise a apenas uma parte da realidade. É evidente que os movimentos pendulares não se limitam à população mais pobre ou menos instruída. Isso ocorre, principalmente, por conta das mudanças sociais que passam a consolidar uma sociedade urbana acima dos limites político-administrativos e colocam em evidência as transformações na estrutura urbana.

⁷ A informação se refere ao município de residência na data de referência de 31/7/1995 para o Censo Demográfico 2000.

Há que se entender quais são os processos espaciais que corroboram a ideia de implosão-explosão urbana, no sentido de avaliar com maior clareza os processos socioespaciais que se delineiam para o horizonte dos próximos anos. O futuro sustentável da urbanização brasileira irá depender, em grande medida, da capacidade de enxergar as mudanças sutis nos processos intraurbanos, sobretudo quando esse intraurbano adquire a complexidade da sociedade moderna.

TABELA 3 - MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS SEGUNDO CONDIÇÃO MIGRATÓRIA E TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO

AGLOMERAÇÃO URBANA	CONDIÇÃO MIGRATÓRIA (Em anos)						Não Migrantes	Total
	Migrantes (tempo de residência)							
	0-1	1-3	3-5	5-10	10+			
São Paulo	2,6	9,8	9,0	13,7	39,4	25,7	100,0	
Rio de Janeiro	2,0	7,3	5,9	8,2	33,3	43,4	100,0	
Salvador	3,0	10,3	7,9	11,6	33,9	33,4	100,0	
Belo Horizonte	3,9	11,0	9,8	15,6	35,8	23,9	100,0	
Fortaleza	3,2	11,7	8,5	15,4	36,5	24,7	100,0	
Brasília	7,4	18,1	17,5	22,6	26,7	7,6	100,0	
Curitiba	4,0	13,9	11,6	16,8	35,3	18,4	100,0	
Recife	2,4	8,8	6,8	11,2	37,2	33,6	100,0	
Porto Alegre	2,8	9,0	6,8	11,0	41,3	29,1	100,0	
Belém	3,3	13,6	10,4	19,4	38,2	15,1	100,0	
Goiânia	5,3	15,1	14,3	24,9	33,3	7,2	100,0	
Campinas	2,8	10,4	9,1	16,3	43,6	17,7	100,0	
São Luis	6,5	13,3	11,1	19,9	33,1	16,2	100,0	
Maceió	8,2	12,7	8,1	22,3	19,2	29,5	100,0	
Natal	10,6	17,2	12,2	14,5	23,5	22,0	100,0	
João Pessoa	4,7	10,2	7,6	12,3	32,9	32,2	100,0	
São José dos Campos	1,5	8,3	6,4	8,6	34,3	40,9	100,0	
Ribeirão Preto	2,7	8,7	6,8	11,9	33,3	36,6	100,0	
Sorocaba	2,4	7,6	6,9	11,1	40,7	31,3	100,0	
Aracaju	3,8	14,1	12,4	22,3	31,5	15,9	100,0	
Londrina	3,2	8,6	7,8	11,1	40,5	28,8	100,0	
Santos	2,0	8,8	8,6	10,8	38,6	31,2	100,0	
Joinville	5,5	13,9	12,5	20,8	26,1	21,2	100,0	
São José do Rio Preto	13,0	12,0	8,0	13,6	32,0	21,4	100,0	
Caxias do Sul	4,0	8,2	7,8	9,7	27,6	42,6	100,0	
Jundiaí	2,7	9,4	7,8	15,9	44,6	19,6	100,0	
Florianópolis	3,3	9,8	7,4	12,8	34,1	32,6	100,0	
Maringá	3,2	11,1	9,8	17,8	44,6	13,5	100,0	
Vitória	3,0	7,9	7,5	13,2	42,0	26,3	100,0	
Volta Redonda	2,1	6,1	4,8	6,6	34,0	46,4	100,0	
Blumenau	2,6	10,9	7,8	10,9	31,1	36,8	100,0	
Ipatinga	3,2	6,4	7,1	10,4	36,9	36,1	100,0	
Criciúma	4,6	8,4	7,2	13,4	34,0	32,4	100,0	
Itajaí	4,4	15,7	12,0	18,1	28,7	21,1	100,0	
Cabo Frio	3,3	10,1	9,9	13,2	31,8	31,7	100,0	
Mogi-Mirim	3,8	10,5	4,8	8,2	35,2	37,5	100,0	
Guaratingueta	2,1	3,7	4,5	8,2	28,0	53,5	100,0	
TOTAL	3,1	10,0	8,6	13,4	36,7	28,2	100,0	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode concluir, a partir desta breve caracterização dos fluxos de mobilidade pendular intra-aglomerações urbanas, é que existe uma grande variedade de situações entre elas, e que as generalizações em termos da dicotomia centro-periferia devem ser repensadas. É evidente que o processo histórico, social e político dentro dos contextos de cada uma das aglomerações condiciona essas características. Entretanto, sob um ponto de vista comparativo, quais são as características comuns a elas?

Será que podemos chamar de periféricos todos os municípios no entorno das sedes das aglomerações urbanas brasileiras? Será que a forma como se deu a expansão das áreas urbanas e as dinâmicas demográficas – sobretudo, os fluxos de movimentos pendulares – são equivalentes em todas essas aglomerações? Estudo detalhado de uma aglomeração em especial permitiria avaliar as tensões e diretrizes que conduziram a determinada configuração urbana? Mas o que essa análise poderá dizer em termos do processo de urbanização brasileiro posto que esse contexto histórico não se repete em outra localidade?

Enfim, será possível extrapolar as dinâmicas intraurbanas exaustivamente estudadas no caso de São Paulo para outros contextos brasileiros? Sem ter um parâmetro homogêneo em termos comparativos, as perguntas acabam tendo respostas parciais, pois do ponto de vista histórico, não existirão condições sociais e materiais para que os contextos que engendraram a formação da metrópole paulistana se repitam em outro momento e região.

Questões como esta emergem num momento em que os movimentos populacionais brasileiros ganham complexidade pela diversificação das modalidades de deslocamento. Os grandes fluxos de longa distância Nordeste-Sudeste perdem fôlego e passam a ter maior evidência os fluxos migratórios regionais urbano-urbano, notadamente os fluxos de mobilidade pendular e outras modalidades. Os resultados do Censo Demográfico de 2010 permitirão avançar na direção de muitas dessas respostas. Esperemos.

REFERÊNCIAS

- ANTICO, C. Deslocamentos pendulares nos espaços sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.
- ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.19, n.4, p.96-109, out./dez. 2005.
- BAENINGER, R. A. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.
- BAENINGER, R. A.; OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. **Papeles de Población**, Toluca: Centro de Investigacion y Estudios Avanzados de la Poblacion, v.14, n.58, p.141-154, 2008.
- BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.19, n.4, p.48-63, out./dez. 2005.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da Rede Urbana no Brasil. Campinas: Unicamp/IE, 2000. Convênio IPEA/IBGE/UNICAMP-IE-NESUR. 2v.
- DESCHAMPS, M.; CINTRA, A. Movimento pendular para trabalho na região metropolitana de Curitiba: uma análise das características de quem sai e quem fica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.
- ERVATTI, L. R.; JARDIM, A. P. Migração pendular intra-metropolitana no Rio de Janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- HOGAN, D. J.; OJIMA, R. Urban Sprawl: a Challenge for Sustainability. In: MARTINE, G. *et al* (Org.). **The new global frontier: urbanization, poverty and environment in the 21st century**. London: Sterling : Earthscan, 2008. p.205-219.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- MOURA, R.; CASTELLO-BRANCO, M. L.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.19, n.4, p.121-133, out./dez. 2005.
- OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: ABEP, v.24, n.2, p.277-300, jul./dez. 2007.

OJIMA, R. *et al.* O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo: EDUC, v.12, n.24, p.395-415, jul./dez. 2010.

OJIMA, R. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de urban sprawl e os desafios para o planejamento regional e ambiental. **GEOgraphia**, Niterói: UFF, Departamento de Geografia, Pos-Gradua o em Geografia, v.10, n.19, p.46-59, 2008.

OJIMA, R.; HOGAN, D. J. Mobility, urban sprawl and environmental risks in Brazilian urban agglomerations: challenges for the urban sustainability in a developing country. In: DE SHERBININ, A. *et al.* (Org.). **Urban Population and Environment Dynamics in the Developing World: Case Studies and Lessons Learned**. Paris: CICRED, 2009. p.281-316.

OJIMA, R.; SILVA, R. B.; PEREIRA, R. H. M. A mobilidade pendular na defini o das cidades-dormitório: caracteriza o sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbaniza o brasileira. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v.21, n.2, p.111-132, ago./dez. 2007.

RODARTE, M. M. S.; FERNANDES, J. S.; OJIMA, R. A remontagem de uma Na o? migra o, estrutura o e interioriza o do mercado de trabalho no Brasil, década de 2000. In: BRAGA, T.; VIDAL, F.; NEVES, L. (Org.). **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010. p.131-164. (Série Estudos e Pesquisas, 86).

SOBREIRA, D. P. Subsídios para o estudo dos deslocamentos pendulares nas Regiões Metropolitanas Paulistas: São Paulo, Campinas e Baixada Santista. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRA OES, 4., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005.

WOLMAN, H. *et al.* The fundamental challenge in measuring sprawl: which land should be considered?. **The Professional Geographer**, Washington: Association of American Geographers, v.57, n.1, p.94-105, 2005.